

CONCURSO PÚBLICO | Edital: 2021



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DE RORAIMA (SEFAZ/RR)

Turno:
MANHÃ

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua Folha de Respostas. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

**INFORMAÇÕES
ADICIONAIS:**

0(XX) 61 3448-0100
sac@cebraspe.org.br
www.cebraspe.org.br



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto CG1A1-I

Começarei por vos contar em brevíssimas palavras um fato notável da vida camponesa ocorrido numa aldeia dos arredores de Florença há mais de quatrocentos anos. Permito-me pedir toda a vossa atenção para este importante acontecimento histórico porque, ao contrário do que é corrente, a lição moral extraível do episódio não terá de esperar o fim do relato, saltar-vos-á ao rosto não tarda.

Estavam os habitantes nas suas casas ou a trabalhar nos cultivos quando se ouviu soar o sino da igreja. O sino ainda tocou por alguns minutos mais, finalmente calou-se. Instantes depois a porta abria-se e um camponês aparecia no limiar. Ora, não sendo este o homem encarregado de tocar habitualmente o sino, compreende-se que os vizinhos lhe tenham perguntado onde se encontrava o sineiro e quem era o morto. “O sineiro não está aqui, eu é que toquei o sino”, foi a resposta do camponês. “Mas então não morreu ninguém?”, tornaram os vizinhos, e o camponês respondeu: “Ninguém que tivesse nome e figura de gente, toquei a finados pela Justiça porque a Justiça está morta”.

Que acontecera? Acontecera que o ganancioso senhor do lugar andava desde há tempos a mudar de sítio os marcos das extremas das suas terras. O lesado tinha começado por protestar e reclamar, depois implorou compaixão, e finalmente resolveu queixar-se às autoridades e acolher-se à proteção da justiça. Tudo sem resultado, a espoliação continuou. Então, desesperado, decidiu anunciar a morte da Justiça. Não sei o que sucedeu depois, não sei se o braço popular foi ajudar o camponês a repor as extremas nos seus sítios, ou se os vizinhos, uma vez que a Justiça havia sido declarada defunta, regressaram resignados, de cabeça baixa e alma sucumbida, à triste vida de todos os dias.

Suponho ter sido esta a única vez que, em qualquer parte do mundo, um sino chorou a morte da Justiça. Nunca mais tornou a ouvir-se aquele fúnebre dobre da aldeia de Florença, mas a Justiça continuou e continua a morrer todos os dias. Agora mesmo, neste instante, longe ou aqui ao lado, à porta da nossa casa, alguém a está matando. De cada vez que morre, é como se afinal nunca tivesse existido para aqueles que nela tinham confiado, para aqueles que dela esperavam o que da Justiça todos temos o direito de esperar: justiça, simplesmente justiça. Não a que se envolve em túnicas de teatro e nos confunde com flores de vã retórica judicialista, não a que permitiu que lhe vendassem os olhos e viciassem os pesos da balança, não a da espada que sempre corta mais para um lado que para o outro, mas uma justiça pedestre, uma justiça companheira cotidiana dos homens, uma justiça para quem o justo seria o mais rigoroso sinônimo do ético, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável à felicidade do espírito como indispensável à vida é o alimento do corpo. Uma justiça exercida pelos tribunais, sem dúvida, sempre que a isso os determinasse a lei, mas também, e sobretudo, uma justiça que fosse a emanção espontânea da própria sociedade em ação, uma justiça em que se manifestasse, como um iniludível imperativo moral, o respeito pelo direito a ser que a cada ser humano assiste.

Questão 1

No texto CG1A1-I, a expressão “este importante acontecimento histórico” (primeiro parágrafo) faz referência

- A à vida camponesa em uma aldeia dos arredores de Florença há mais de quatrocentos anos.
- B ao soar do sino da igreja quando alguém morria em uma aldeia dos arredores de Florença há mais de quatrocentos anos.
- C ao anúncio da morte da Justiça feito por um camponês em uma aldeia dos arredores de Florença há mais de quatrocentos anos.
- D à substituição do sineiro por um camponês em uma aldeia dos arredores de Florença há mais de quatrocentos anos.
- E ao movimento popular que ajudou um camponês a reaver suas terras que haviam sido usurpadas em uma aldeia dos arredores de Florença há mais de quatrocentos anos.

Questão 2

Mantendo-se os sentidos do último período do terceiro parágrafo do texto CG1A1-I, a expressão “havia sido” poderia ser substituída por

- A fosse.
- B tinha sido.
- C tivesse sido.
- D foi.
- E houvesse sido.

Questão 3

Infer-se do segundo parágrafo do texto CG1A1-I que, no trecho ‘Ninguém que tivesse nome e figura de gente, toquei a finados pela Justiça porque a Justiça está morta’, está implícita após ‘gente’ a forma verbal

- A morreu.
- B tocou.
- C respondeu.
- D apareceu.
- E pediu.

Questão 4

No trecho ‘Ninguém que tivesse nome e figura de gente, toquei a finados pela Justiça porque a Justiça está morta’, no segundo parágrafo do texto CG1A1-I, o vocábulo **justiça** está empregado com letra inicial maiúscula porque, nesse caso, há

- A a intenção de destacar o termo em função de sua posição sintática.
- B o uso de simbologias para ampliar o significado do termo **justiça**.
- C a intenção de subverter o significado do termo **justiça**.
- D o objetivo de introduzir um neologismo.
- E a personificação do termo **justiça**.

Questão 5

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do texto CG1A1-I: “O sino ainda tocou por alguns minutos mais, finalmente calou-se.” (segundo parágrafo). Assinale a opção em que a reescrita proposta mantém a correção gramatical e os sentidos originais do trecho.

- A O sino tocou ainda mais por alguns minutos, finalmente, calou-se.
- B O sino tocou por mais alguns minutos ainda e, finalmente, calou-se.
- C O sino, finalmente, calou-se, ainda que tenha tocado mais por alguns minutos.
- D Finalmente, o sino, que havia tocado mais por alguns minutos, calou-se.
- E O sino tocou por alguns minutos ainda, mais se calou finalmente.

Questão 6

No texto CG1A1-I, as aspas, em todas as suas ocorrências no segundo parágrafo, foram usadas para

- A sinalizar a mudança de narrador.
- B realçar determinadas palavras no texto.
- C ironizar as falas dos personagens.
- D relativizar o sentido de determinadas expressões no texto.
- E indicar falas nos termos em que teriam sido proferidas na situação narrada.

Questão 7

No texto CG1A1-I, ao empregar a forma verbal “Acontecera” (segundo período do terceiro parágrafo), o narrador trata de acontecimentos

- A passados não concluídos.
- B presentes como se fossem do passado.
- C passados anteriores aos fatos narrados no segundo parágrafo.
- D subsequentes aos fatos narrados no segundo parágrafo.
- E hipotéticos condicionados a uma ação no passado.

Questão 8

Com relação aos aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, é correto afirmar que pertencem à classe gramatical dos adjetivos os termos

- A “tarda”, em “saltar-vos-á ao rosto não tarda” (primeiro parágrafo), e “confiado”, em “é como se afinal nunca tivesse existido para aqueles que nela tinham confiado” (último parágrafo).
- B “camponesa”, em “um fato notável da vida camponesa” (primeiro parágrafo), e “extraível”, em “a lição moral extraível do episódio não terá de esperar o fim do relato” (primeiro parágrafo).
- C “estremas”, em “o ganancioso senhor do lugar andava desde há tempos a mudar de sítio os marcos das extremas das suas terras” (terceiro parágrafo), e “espontânea”, em “uma justiça que fosse a emanção espontânea da própria sociedade em ação” (último parágrafo).
- D “declarada”, em “uma vez que a Justiça havia sido declarada defunta, regressaram resignados” (terceiro parágrafo), e “imperativo”, em “como um iniludível imperativo moral” (último parágrafo).
- E “morto”, em “quem era o morto” (segundo parágrafo), e “qualquer”, em “Suponho ter sido esta a única vez que, em qualquer parte do mundo, um sino chorou a morte da Justiça” (último parágrafo).

Questão 9

No último período do último parágrafo do texto CG1A1-I, o vocábulo “iniludível” foi empregado com o mesmo sentido de

- A incoercível.
- B irrefreável.
- C irreprimível.
- D indubitável.
- E irrespondível.

Questão 10

Acerca do tema justiça, no texto CG1A1-I, o autor faz essencialmente

- A divagações.
- B suposições.
- C reflexões.
- D constatações.
- E conjecturas.

MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA**Questão 11**

Paulo e Mateus tinham, cada um deles, uma dívida com o mesmo valor nominal igual a R\$ 1.800, a vencer em determinado prazo. Ambos resolveram antecipar o pagamento total da dívida em 2 meses anteriores ao seu vencimento. Na negociação do pagamento, Paulo conseguiu obter um desconto racional composto, e Mateus, um desconto comercial composto, ambos a uma taxa de 20% ao mês.

Nessa situação hipotética, os valores pagos por Paulo e por Mateus, respectivamente, para liquidar a dívida foram iguais a

- A R\$ 1.080 e R\$ 1.728.
- B R\$ 1.152 e R\$ 1.080.
- C R\$ 1.250 e R\$ 1.152.
- D R\$ 1.440 e R\$ 1.250.
- E R\$ 1.728 e R\$ 1.440.

Questão 12

A tabela a seguir apresenta uma amostra aleatória simples formada por 5 pares de valores (X_i, Y_i) , em que $i = 1, 2, \dots, 5$, X_i é uma variável explicativa e Y_i é uma variável dependente.

i	1	2	3	4	5
X_i	0	1	2	3	4
Y_i	0,5	2,0	2,5	5,0	3,5

Considere o modelo de regressão linear simples na forma $Y_i = bX_i + \epsilon_i$, no qual ϵ representa um erro aleatório normal com média zero e variância σ^2 e b é o coeficiente do modelo. Com base nos dados da tabela e nas informações apresentadas, é correto afirmar que o valor da estimativa de mínimos quadrados ordinários do coeficiente b é igual a

- A 0,75.
- B 0,9.
- C 1,2.
- D 1,35.
- E 1,45.

Questão 13

Considerando que Y siga uma distribuição t de Student com 22 graus de liberdade, assinale a opção que apresenta o resultado da soma $E[Y] + \text{Var}[Y]$.

- A 0,90
- B 0,95
- C 1
- D 1,1
- E 1,2

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ECONOMIA**Questão 14**

Em 1.º de abril de 2021, foi promulgada a Lei n.º 14.133/2021, que estabelece novas normas de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Considerando a legislação vigente para os processos de compras governamentais, assinale a opção correta.

- A A modalidade de licitação concurso foi extinta com a promulgação da Lei n.º 14.133/2021.
- B A Lei n.º 14.133/2021 agregou o diálogo competitivo ao rol de modalidades de licitação, em substituição à modalidade leilão.
- C A partir de abril de 2023, o comprador público poderá utilizar a tomada de preços como modalidade licitatória.
- D Com a promulgação da Lei n.º 14.133/2021, a Lei n.º 8.666/1993 foi automaticamente revogada.
- E De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, é obrigatória a contratação de bens e serviços comuns por pregão.

Questão 15

Considerando as políticas cambiais utilizadas na economia brasileira ao longo das décadas de 50 e 80 do século passado, julgue os itens a seguir.

- I Entre 1951 e 1952, evidenciou-se grande colapso cambial decorrente da deterioração do comércio internacional e da defasagem temporal entre a concessão de licenças de importação e a efetiva importação.
- II Na década de 50 do século passado, foi reestabelecido o monopólio cambial do Banco do Brasil e extinguido o controle quantitativo de exportações.
- III O governo JK teve inspiração ortodoxa e adotou o sistema de câmbio flutuante.
- IV Durante o período do regime militar, Delfim Neto usou o expediente de valorização da taxa de câmbio como política de controle da inflação.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B II e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E I, III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 16**

O inciso XIII do art. 5.º da Constituição Federal de 1988 assim dispõe: “XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;”. Essa norma constitucional é de eficácia

- A plena, porque já produz efeitos desde a sua edição.
- B programática, porque prevê a necessidade de regulamentação por lei.
- C contida, porque detém eficácia, mas esta pode ser restringida por lei.
- D limitada, porque depende de lei regulamentadora para ser executável.
- E preceptiva, porque impõe ao Estado a obrigação de editar uma lei.

Questão 17

A Constituição do Estado de Roraima estabelece que

- A lei determinará o percentual mínimo de 10% das funções de confiança a serem exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- B é vedado o exercício do cargo de secretário de estado interinamente, na administração pública direta ou indireta, por prazo superior a 180 dias.
- C o servidor público que seja responsável legal e cuide diretamente de idoso que necessite de assistência permanente terá a redução de 50% de sua carga horária de trabalho, sem prejuízo de sua integral remuneração.
- D as servidoras públicas, para amamentarem o próprio filho, terão direito à redução de duas horas na jornada de trabalho, a seu critério, mediante desconto salarial proporcional.
- E iniciativa popular poderá propor emenda à Constituição estadual, devendo a proposta ser assinada por, no mínimo, 10% dos eleitores do estado.

Questão 18

Acerca do processo legislativo, julgue os itens a seguir.

- I A iniciativa comum é aquela em que a proposição legislativa pode ser apresentada por qualquer membro do Congresso Nacional, por comissão parlamentar, pelo presidente da República ou pelos cidadãos, no caso de iniciativa popular.
- II As medidas provisórias perderão eficácia se não forem convertidas em lei no prazo de 45 dias, prorrogável uma vez por igual período.
- III O veto parcial do presidente da República pode alcançar, além do texto integral de cada artigo, parágrafo, inciso ou alínea, palavras ou expressões contidas nessas unidades normativas.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 19

Acerca dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- A A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, a qualquer hora do dia ou da noite, por determinação judicial.
- B Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida apenas prévia autorização da autoridade competente.
- C Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, sendo proibida a execução, contra herdeiros não participantes do delito, da obrigação de reparar o dano.
- D Mesmo em caso de iminente perigo público, a autoridade competente só poderá usar de propriedade particular se houver prévia autorização do respectivo proprietário, assegurada a ele indenização ulterior, se houver dano.
- E Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

Questão 20

Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade produzem eficácia *inter partes* e efeito vinculante.
- B O Poder Legislativo realiza controle de constitucionalidade.
- C A ação declaratória de constitucionalidade é espécie de controle de constitucionalidade difuso.
- D Ao contrário das entidades de classe de âmbito regional, as de âmbito local não são legitimadas para propor ação direta de constitucionalidade.
- E É materialmente inconstitucional lei de iniciativa parlamentar cujo objeto seja constitucionalmente previsto como de iniciativa privativa do presidente da República.

Questão 21

Ainda com relação ao controle de constitucionalidade, julgue os seguintes itens.

- I Os mesmos legitimados para propor ação declaratória de inconstitucionalidade podem requerer aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante.
- II Lei estadual ou municipal pode ser objeto de ação direta de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- III Emendas constitucionais podem ser declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 22**

No que concerne ao processo administrativo e às formas de controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

- I De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, o recurso administrativo devidamente interposto permite o juízo de retratação pela autoridade que prolatou a decisão recorrida.
- II A Constituição Federal de 1988 adota o sistema de controle conhecido como contencioso administrativo, também chamado de sistema da dualidade de jurisdição ou sistema francês.
- III É vedado aos entes que compõem a administração pública recorrer à arbitragem para solucionar qualquer conflito em que estejam envolvidos.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 23

De acordo com a Constituição Federal de 1988, os cargos em comissão se destinam exclusivamente às funções de

- A consultoria e atividades de natureza técnica ou operacional.
- B assessoramento, direção e chefia.
- C chefia e atividades de natureza operacional.
- D direção e atividades de natureza técnica.
- E consultoria e assessoramento.

Questão 24

Considere que a administração pública, após ter identificado vício parcial em determinado ato administrativo, tenha retirado a parte viciada do ato e a substituído por uma parte válida, aproveitando o ato original. Nesse caso, houve a

- A conversão do ato administrativo.
- B ratificação do ato administrativo.
- C ab-rogação do ato administrativo.
- D invalidação do ato administrativo.
- E repristinação do ato administrativo.

Questão 25

As normas gerais previstas pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) se aplicam obrigatoriamente

- A às contratações de todas as entidades da administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- B aos Poderes Legislativo e Judiciário, quando houver desempenho de atividade de natureza administrativa nesses poderes.
- C aos contratos de operação de crédito interno, inclusive quanto à concessão de garantia, sendo dispensada sua aplicação quando a operação for de crédito externo.
- D aos municípios apenas se houver ratificação das regras por regulamentação local, que deve ser aprovada na respectiva câmara municipal.
- E a qualquer contrato administrativo vigente, porque todas as disposições da Lei n.º 8.666/1993 foram imediatamente revogadas quando a nova norma entrou em vigor.

Questão 26

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal relativa a serviços públicos, poder de polícia, processo administrativo disciplinar, remuneração de agentes públicos e improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- Ⓐ O serviço de transporte público deve ser implementado por meio de simples credenciamento de terceiros, não havendo necessidade de licitação prévia nessa hipótese.
- Ⓑ O poder de polícia é absolutamente indelegável para pessoas jurídicas de direito privado que componham a administração indireta.
- Ⓒ A falta de procurador constituído para defesa de servidor acusado, durante a fase de instrução de processo administrativo disciplinar, configura nulidade absoluta.
- Ⓓ É compatível com a Constituição Federal de 1988 norma que estabeleça a organização remuneratória em escalonamento vertical de servidores da mesma carreira.
- Ⓔ O julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade impede sua responsabilização por improbidade administrativa pelo mesmo ato.

Questão 27

A caracterização de responsabilidade civil do Estado por dano causado por indivíduo que fugiu do sistema prisional

- Ⓐ é inconstitucional, por ser expressamente vedada pela Constituição Federal de 1988.
- Ⓑ mostra-se juridicamente impossível, em razão da ausência de conduta administrativa quando ocorre fuga de presídio.
- Ⓒ deve ser reconhecida com base no risco integral, teoria amplamente adotada pela doutrina e pela jurisprudência nessa hipótese.
- Ⓓ somente deve ser admitida se comprovado dolo específico de agente da administração em colaboração com a fuga.
- Ⓔ depende da demonstração de nexos causal direto entre o momento da fuga e a conduta danosa praticada pelo infrator.

DIREITO CIVIL E DIREITO EMPRESARIAL**Questão 28**

Com relação à prescrição e à decadência no direito civil, julgue os próximos itens.

- I A prescrição representa a perda de um direito que não foi devidamente exercido por seu titular ou sucessor dentro do prazo previsto pelo legislador.
- II A renúncia prévia ao prazo prescricional somente será admitida se exercida de forma expressa e por manifestação inequívoca.
- III Os prazos prescricionais e decadenciais não correm contra os absolutamente incapazes.
- IV De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, as ações de natureza indenizatória que tenham como causa de pedir atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar são imprescritíveis.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ II e IV.
- Ⓒ III e IV.
- Ⓓ I, II e III.
- Ⓔ I, III e IV.

Questão 29

De acordo com o Código Civil, o abuso da personalidade jurídica, apto a caracterizar hipótese que justifica sua desconsideração, é identificado pela presença de

- Ⓐ dissolução da sociedade ou desvio de finalidade.
- Ⓑ desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- Ⓒ confusão patrimonial ou alteração da finalidade econômica da sociedade.
- Ⓓ desvio de finalidade ou dissolução ou alteração da finalidade econômica da sociedade.
- Ⓔ confusão patrimonial ou dissolução ou alteração da finalidade econômica da sociedade.

Questão 30

À luz das disposições do Código Civil a respeito dos direitos da personalidade, de pessoas jurídicas, de obrigações, da invalidade do negócio jurídico e da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ É vedada a utilização de pseudônimo na realização de atividade econômica disciplinada pela legislação civil.
- Ⓑ A qualidade de associado é, em regra, transmissível, ressalvada a possibilidade de o estatuto da associação, de forma justificada, dispor em sentido contrário.
- Ⓒ Todo aquele que, interessado ou não, pagar uma dívida em seu próprio nome se sub-roga nos direitos do credor.
- Ⓓ O dolo acidental não acarreta a anulabilidade do negócio jurídico, mas somente a satisfação das perdas e dos danos em favor do prejudicado.
- Ⓔ Em ação indenizatória decorrente de ato ilícito praticado por menores, os respectivos genitores respondem de forma subsidiária pelos danos causados por seus filhos menores que estiverem sob sua autoridade.

Questão 31

O processo de reorganização societária pelo qual se unem duas ou mais sociedades para formar uma sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações, denomina-se

- Ⓐ transformação.
- Ⓑ incorporação.
- Ⓒ fusão.
- Ⓓ cisão.
- Ⓔ consórcio.

Questão 32

Assinale a opção correta, acerca das responsabilidades dos sócios nas sociedades empresárias personalizadas.

- Ⓐ Na sociedade em nome coletivo, a responsabilização dos sócios pelas obrigações sociais está limitada às suas respectivas quotas de participação.
- Ⓑ Na sociedade em comandita simples, os comanditados respondem somente pelo valor de suas quotas, enquanto os comanditários são responsáveis solidários pelas obrigações sociais da sociedade.
- Ⓒ Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, independentemente da integralização do capital social.
- Ⓓ Na sociedade em comandita por ações, somente o acionista tem qualidade para administrá-la e, como diretor, responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade.
- Ⓔ Na sociedade anônima, a responsabilidade dos acionistas está limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

DIREITO PENAL**Questão 33**

A conduta de auditor fiscal exigir tributo que deveria saber indevido configura

- A** peculato.
- B** corrupção passiva.
- C** excesso de exação.
- D** prevaricação.
- E** conduta atípica.

Questão 34

Assinale a opção que indica o crime praticado por quem insere declaração falsa em documento contábil relacionado a obrigação de empresa para com a Previdência Social.

- A** falsidade ideológica
- B** falsificação de documento público
- C** crime contra a ordem tributária consistente em suprimir ou reduzir tributo (art. 1.º da Lei n.º 8.137/1990)
- D** falsificação de documento particular
- E** sonegação de livro ou documento

Questão 35

Admite a forma culposa o crime de

- A** uso de documento público falso.
- B** fraude em certames de interesse público.
- C** condescendência criminosa.
- D** peculato.
- E** supressão de documento público.

CONTABILIDADE**Questão 36**

Determinada sociedade comercial apurou as seguintes movimentações relativas ao período mais recente.

- pagamento de despesas relativas ao período anterior, no valor de R\$ 84 mil
- despesas do período corrente pagas no período anterior, no valor de R\$ 45 mil
- pagamento de despesas do período corrente, no valor de R\$ 34 mil
- recebimento de receitas de vendas do período anterior, no valor de R\$ 110 mil
- receitas de vendas realizadas do período corrente e recebidas no período anterior, no valor de R\$ 80 mil
- recebimento de receitas por vendas realizadas no período corrente, no valor de R\$ 40 mil

Nessa situação hipotética, desconsiderados quaisquer efeitos tributários e encargos financeiros, o impacto dos citados eventos sobre a situação patrimonial líquida da entidade, no período corrente, foi

- A** uma redução superior a R\$ 40 mil.
- B** uma redução inferior a R\$ 40 mil.
- C** nulo.
- D** um aumento inferior a R\$ 40 mil.
- E** um aumento superior a R\$ 40 mil.

Questão 37

Considerando que uma sociedade empresária tenha pagado, em dinheiro, um título vencido, no valor de R\$ 3.500, com juros moratórios de R\$ 37, assinale a opção que apresenta o correto lançamento contábil desse evento.

- A** Caixa
a Títulos a pagar
a Despesas financeiras
- B** Títulos a pagar
Despesas financeiras
a Caixa
- C** Juros passivos a transcorrer
Caixa
a Títulos a pagar
- D** Caixa
Despesas financeiras
a Títulos a pagar
- E** Títulos a pagar
Juros passivos a transcorrer
a Caixa

Questão 38

Julgue os itens seguintes, relativos aos itens patrimoniais e à sua forma de avaliação em geral.

- I Um direito controlado pela entidade como resultado de eventos passados é um ativo, independentemente de outros condicionantes.
- II Avaliam-se a valor justo os ativos biológicos que integrem o ativo da entidade.
- III Passivo é a obrigação presente de transferir recursos econômicos, como resultado de eventos passados.
- IV Ativos contingentes só devem ser registrados se for possível sua adequada mensuração.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** II e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** I, III e IV.

Questão 39

O balanço de uma entidade apresenta um ativo circulante de R\$ 35.000 e um ativo não circulante de R\$ 212.000. Essa entidade possui, também, passivos circulantes de R\$ 27.000 e obrigações de longo prazo com terceiros no valor de R\$ 175.000. No mesmo período a que se refere esse balanço, as receitas somaram R\$ 1.275.000, e as despesas, R\$ 1.312.000.

Nesse caso, o patrimônio líquido da entidade, após a apuração do resultado e o encerramento do exercício, será

- A** menor que R\$ 15 mil.
- B** maior que R\$ 15 mil e menor que R\$ 20 mil.
- C** maior que R\$ 20 mil e menor que R\$ 25 mil.
- D** maior que R\$ 25 mil e menor que R\$ 30 mil.
- E** maior que R\$ 30 mil.

Questão 40

No encerramento do último exercício de uma sociedade que comercializa celulares e outros equipamentos de informática e comunicação, o seu estoque continha 300 unidades de determinado tipo de celular, registrados pelo valor contábil de R\$ 750.000. O preço de comercialização desses celulares pela sociedade era, até esse momento, de R\$ 3.300 cada. Depois de verificada queda significativa das vendas desse modelo, a sociedade fez uma pesquisa junto a outros revendedores e constatou que seria impossível vender esse produto por mais do que R\$ 2.000, por isso reduziu seu preço de venda para esse valor. O custo de comercialização de cada unidade desse celular é de R\$ 100. Ao mesmo tempo, o fornecedor dos celulares informou que seu preço atual para venda no atacado é de R\$ 1.200.

Nessa situação hipotética, a empresa deve

- A** utilizar como custo unitário o atual preço de venda do fornecedor.
- B** utilizar como custo o atual preço de venda do fornecedor mais R\$ 100 de custos de comercialização.
- C** manter o atual custo histórico e apurar prejuízo nas vendas, se for o caso.
- D** reconhecer uma perda de valor realizável de R\$ 600 por celular.
- E** reconhecer uma perda de valor realizável de R\$ 1.400 por celular.

Questão 41

Determinada indústria fabrica três produtos (A, B e C), utilizando equivalentes de produção em seu sistema de produção contínua. Os seus custos de matéria-prima são 100% alocados no início do processo e os custos de conversão (mão de obra direta e custos indiretos de produção) são alocados proporcionalmente às unidades equivalentes de produção.

Em dado mês, foi iniciada e concluída a produção de 100 unidades do produto A e de 200 unidades do produto C. O produto B ficou 80% concluído ao final do processamento de suas 300 unidades.

Nessa situação hipotética, considerando-se que o total de custos de conversão aplicados à produção do período tenha sido de R\$ 135.000 e que o custo unitário de matéria-prima do produto B tenha sido de R\$ 80, o custo da produção equivalente total do produto B, em reais (R\$), foi um valor entre

- A** 23 mil e 25 mil.
- B** 60 mil e 65 mil.
- C** 75 mil e 80 mil.
- D** 82 mil e 85 mil.
- E** 90 mil e 100 mil.

Questão 42

Uma empresa que produz e comercializa um único produto trabalha com uma margem de contribuição de 30% do preço de venda desse produto. O total de custos e despesas fixas da empresa é igual a R\$ 360.000. O grau de alavancagem operacional em dado momento é igual a 3.

Nessa situação, o percentual de margem de segurança da empresa é igual a

- A** 10%.
- B** 20%.
- C** 30%.
- D** 40%.
- E** 50%.

Questão 43

Relativamente ao procedimento contábil de redução a valor recuperável no setor público, é correto afirmar que o valor recuperável é o maior montante entre

- A** o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.
- B** o custo histórico de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor de mercado.
- C** o valor de mercado de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor presumido.
- D** o valor presumido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor justo.
- E** o valor em uso de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu custo histórico.

Questão 44

Relativamente à sua mensuração, os passivos contingentes no setor público

- A** devem ser avaliados apenas quando houver evidências de que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável.
- B** devem ser avaliados periodicamente para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável.
- C** devem ser avaliados desde que os órgãos de controle apontem que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável.
- D** devem ser avaliados especificamente quando uma decisão judicial estabelecer que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável.
- E** não devem ser avaliados, uma vez que não satisfazem a nenhum dos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

Questão 45

Considerando-se a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa (DFC), é correto afirmar que os recebimentos de caixa decorrentes de impostos e contribuições

- Ⓐ não integram a DFC, em razão da natureza deles.
- Ⓑ podem integrar, conforme a sua natureza, o fluxo das atividades operacionais, de investimentos ou de financiamento.
- Ⓒ são exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades operacionais.
- Ⓓ são exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades de investimentos.
- Ⓔ são exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades de financiamento.

Questão 46

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o mecanismo criado para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação das contas públicas, nos diversos níveis de governo, consiste na utilização do 5.º nível (subtítulo) das

- Ⓐ classes 5 e 6 do PCASP (contas de natureza orçamentária), para identificar transações que façam parte da mesma unidade de natureza econômico-contábil.
- Ⓑ classes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 do PCASP (contas de natureza orçamentária, patrimonial e de controle), para apontar os lançamentos de eliminação e reclassificação.
- Ⓒ contas relativas a parcelas dos resultados do exercício, dos superávits e déficits acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de transações entre entidades públicas.
- Ⓓ contas que representem saldos de transações semelhantes entre entidades públicas.
- Ⓔ classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial), para identificar os saldos recíprocos.

Questão 47

O ICMS incidente sobre as operações de compra de mercadorias para revenda deve ser reconhecido contabilmente pela adquirente

- Ⓐ no resultado, como despesa do período em que se deu a aquisição das mercadorias.
- Ⓑ no ativo, como um componente do custo de aquisição das mercadorias.
- Ⓒ no passivo, como uma obrigação junto ao fisco estadual ou, se for o caso, ao fisco do Distrito Federal.
- Ⓓ no ativo, como um direito junto ao fisco estadual ou, se for o caso, ao fisco do Distrito Federal.
- Ⓔ no ativo, como uma despesa antecipada.

Questão 48

Assinale a opção que indica o evento relacionado à folha de pagamento das empresas comerciais que implica o reconhecimento contábil de uma provisão passiva.

- Ⓐ adiantamentos a empregados
- Ⓑ férias
- Ⓒ salário-família
- Ⓓ recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- Ⓔ contribuição sindical do empregado

Questão 49

De acordo com o decreto que instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), as administrações tributárias dos estados

- Ⓐ não são usuárias do SPED, mas podem ter acesso às informações nele armazenadas, via solicitação, por escrito, encaminhada à Secretaria da Receita Federal.
- Ⓑ são usuárias do SPED e podem usufruir do direito de acesso irrestrito às informações nele armazenadas, independentemente de qualquer condição específica.
- Ⓒ são usuárias do SPED, mas seu acesso às informações nele armazenadas somente será irrestrito se celebrarem convênio com a Secretaria da Receita Federal.
- Ⓓ são usuárias do SPED, mas precisam da celebração de convênio com a Secretaria da Receita Federal para terem acesso a informações nele armazenadas, acesso esse que estará sujeito a algumas restrições.
- Ⓔ são usuárias do SPED, mas somente podem ter acesso às informações nele armazenadas se obtiverem autorização do Ministério da Economia para tal finalidade, acesso esse que estará sujeito a algumas restrições.

Questão 50

Considere que uma empresa comercial seja formada pela matriz e por uma filial de grande porte e que ela adote a contabilidade descentralizada. Nesse caso, o registro do capital cedido pela matriz à filial, em dinheiro, com vistas a permitir à filial a aquisição de mercadorias diretamente de terceiros, deve ser efetuado, na contabilidade da filial,

- Ⓐ a débito da conta Matriz – conta-corrente e a crédito da conta Caixa.
- Ⓑ a débito da conta Caixa e a crédito da conta Capital social.
- Ⓒ a débito da conta Caixa e a crédito da conta Matriz – conta-corrente.
- Ⓓ a débito da conta Caixa e a crédito da conta Filial – conta-corrente.
- Ⓔ a débito da conta Filial – conta-corrente e a crédito da conta Caixa.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**DIREITO TRIBUTÁRIO****Questão 51**

Considerando-se as limitações do poder de tributar, consiste em exceção ao princípio da legalidade tributária

- A** a redução ou o restabelecimento de alíquotas de contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre combustíveis (CIDE-combustíveis) por decreto.
- B** a redução de alíquotas do ICMS monofásico por decreto.
- C** a redução ou o restabelecimento de alíquotas de CIDE-combustíveis por convênio.
- D** o aumento de alíquotas de CIDE-combustíveis por decreto.
- E** a fixação da base de cálculo do ICMS monofásico por decreto.

Questão 52

Ao ICMS monofásico incidente sobre combustíveis

- A** aplica-se o princípio da anterioridade do exercício financeiro, mas não o princípio da anterioridade nonagesimal, nos casos de redução e restabelecimento das alíquotas.
- B** aplicam-se o princípio da anterioridade do exercício financeiro e o princípio da anterioridade nonagesimal nos casos de redução e restabelecimento das alíquotas.
- C** aplica-se o princípio da anterioridade nonagesimal no tocante à fixação da sua base de cálculo.
- D** aplica-se o princípio da anterioridade nonagesimal no tocante à fixação de seus contribuintes.
- E** aplica-se o princípio da anterioridade nonagesimal, mas não o da anterioridade do exercício financeiro, nos casos de redução e restabelecimento das alíquotas.

Questão 53

Acerca da contribuição de melhoria, é correto afirmar que o valor de sua cobrança

- A** possui como limite total a despesa estimada para a obra pública, conforme previsão constitucional.
- B** possui como limite total a despesa realizada para a obra pública, conforme previsão constitucional.
- C** possui apenas limite individual, definido de acordo com o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- D** possui como limite total a despesa estimada para a obra pública, conforme previsão do Código Tributário Nacional.
- E** possui como limite total a despesa realizada para a obra pública, conforme previsão do Código Tributário Nacional.

Questão 54

Um exemplo de serviço público remunerado por meio de preço público é

- A** a emissão de passaportes.
- B** a distribuição de energia.
- C** a coleta de lixo.
- D** o serviço jurisdicional.
- E** o serviço de sepultamento.

Questão 55

O fenômeno da bitributação impede que

- A** Estados-nações diversos instituam tributo sobre o mesmo fato gerador e sobre a mesma base de cálculo.
- B** entes tributantes diversos exijam tributos com o mesmo fato gerador.
- C** duas espécies tributárias incidam, por exemplo, sobre o lucro das empresas.
- D** o mesmo ente tributante institua dois tributos com mesmo fato gerador.
- E** entes tributantes diversos exijam tributos com a mesma base de cálculo.

Questão 56

Para a fixação das alíquotas mínimas de ICMS nas operações internas, o Senado Federal deverá obter aprovação

- A** da maioria absoluta de seus membros, mediante iniciativa de um terço dos senadores.
- B** de dois terços de seus membros, mediante iniciativa de um terço dos senadores.
- C** da maioria absoluta de seus membros, mediante iniciativa de um terço dos senadores ou do presidente da República.
- D** de dois terços de seus membros, mediante iniciativa da maioria absoluta dos senadores ou do presidente da República.
- E** de dois terços de seus membros, mediante iniciativa da maioria absoluta dos senadores.

Questão 57

Quando os sujeitos ocupantes das posições anteriores nas cadeias de produção e circulação são substituídos, no dever de pagar tributo, por aqueles que ocupam as posições posteriores nessas mesmas cadeias, surge a responsabilidade tributária

- A** por sucessão.
- B** comum ou concomitante.
- C** por solidariedade.
- D** por substituição tributária progressiva.
- E** por substituição tributária regressiva.

Questão 58

A lei tributária deve ser interpretada da maneira mais favorável ao contribuinte quando versar sobre

- A** suspensão do crédito tributário.
- B** exclusão do crédito tributário.
- C** outorga de isenção.
- D** dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- E** a natureza da penalidade aplicável.

Questão 59

Os valores cobrados para custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas, exceto a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), são espécie de

- A** preço público.
- B** taxa decorrente do poder de polícia.
- C** taxa decorrente de serviço público essencial.
- D** tributo denominado contribuição corporativa.
- E** tributo denominado contribuição sindical.

Questão 60

Salvo disposição de lei em contrário, nos termos do art. 125 do Código Tributário Nacional, a solidariedade tributária passiva implica que

- Ⓐ o pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveite aos demais.
- Ⓑ a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, não favoreça nem prejudique os demais.
- Ⓒ a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favoreça ou prejudique os demais.
- Ⓓ a isenção ou remissão de crédito outorgada pessoalmente a um dos obrigados favoreça os demais.
- Ⓔ a exclusão do crédito tributário outorgada pessoalmente a um dos obrigados favoreça os demais.

Questão 61

A respeito dos institutos de decadência e prescrição no âmbito do direito tributário, assinale a opção correta, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

- Ⓐ Decadência consiste na perda do direito de ação, o que impede que a pessoa jurídica de direito público cobre o valor judicialmente.
- Ⓑ Prescrição consiste na perda do direito em si, o que impede que a pessoa jurídica de direito público constitua o crédito tributário.
- Ⓒ Uma vez constituído o crédito tributário, inicia-se a contagem do prazo decadencial, pois, nesse caso, não há mais que se falar em prescrição.
- Ⓓ O prazo prescricional pode ser interrompido por qualquer ato da administração tributária por meio de protesto extrajudicial da dívida do contribuinte.
- Ⓔ Uma vez decaído, um direito não pode ser reavivado por qualquer sistemática de lançamento ou autolancamento, seja ela via documento de confissão de dívida, declaração de débitos, parcelamento ou outra espécie qualquer.

Questão 62

Independentemente de o crédito tributário ter sido constituído, este pode ser excluído, extinto ou suspenso com base no rol taxativo de hipóteses previstas no Código Tributário Nacional. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Deve-se aplicar o método de interpretação literal ao se interpretar a legislação tributária que disponha sobre casos que envolvam a anistia e a isenção tributárias.
- Ⓑ A aplicação de isenção se restringe a multa, ao passo que a aplicação de anistia se restringe a tributo.
- Ⓒ A isenção abrange os fatos geradores anteriores à lei, enquanto a anistia abrange os fatos geradores posteriores à lei.
- Ⓓ A anistia e a isenção, quando concedidas em caráter geral, são efetivadas por despacho da autoridade administrativa.
- Ⓔ Os institutos de anistia e isenção tributárias são causas de extinção do crédito tributário.

Questão 63

Conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, sobre serviços de *streaming* de áudio e vídeo oferecidos na Internet a assinantes mediante pagamento incide

- Ⓐ o ICMS, por haver circulação da mercadoria, e incide o IPI, por haver cessão definitiva do serviço para o consumidor e a mudança de titularidade do bem.
- Ⓑ o ICMS, por haver prestação do serviço de comunicação, por não haver cessão definitiva do serviço para o consumidor e por não haver mudança de titularidade do bem.
- Ⓒ o ISSQN, por haver cessão definitiva da licença por meio de pagamento pelo consumidor.
- Ⓓ o ISSQN, por não haver cessão definitiva do serviço para o consumidor e por não haver mudança de titularidade do bem.
- Ⓔ o IPI, por haver cessão definitiva do serviço para o consumidor e a mudança de titularidade do bem.

Questão 64

A criação do simples nacional é considerada uma ampla e benéfica reforma tributária, que possibilitou o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; porém, diversas são as situações que devem ser observadas pelos empresários que desejem nele ingressar ou permanecer. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ É considerada microempresa a empresa que tenha receita bruta máxima de R\$ 4.800.000 em cada ano-calendário.
- Ⓑ O simples nacional veda tratamento diferenciado e favorecido ao microempreendedor individual (MEI), devendo este submeter-se ao regime de lucro real das empresas.
- Ⓒ A legislação tributária e a Constituição Federal de 1988 (CF) não permitem que se conceda à microempresa e à empresa de pequeno porte linha de crédito diferenciada.
- Ⓓ Microempresário ou empresário de pequeno porte que deseje produzir refrigerantes está autorizado a recolher os impostos e as contribuições na forma do simples nacional.
- Ⓔ Microempresas e empresas de pequeno porte que sejam optantes do simples nacional e que realizem descarregamento de mercadoria de embarcação em porto marítimo brasileiro estão dispensadas de efetuar o pagamento do adicional ao frete para renovação da marinha mercante (AFRMM).

Questão 65

O princípio das fontes formais primárias ou principais do direito tributário deve ser observado quando o auditor for chamado pelo chefe do Poder Executivo estadual para ajudar na elaboração de dispositivo legal em matéria tributária. Em relação a esse assunto, é correto afirmar que é permitida a edição de medida provisória pelo governador,

- Ⓐ desde que exista a respectiva previsão na constituição estadual.
- Ⓑ desde que exista a respectiva previsão na CF.
- Ⓒ desde que exista a respectiva previsão tanto na constituição estadual quanto na CF.
- Ⓓ independentemente de existir a respectiva previsão na constituição estadual ou na CF.
- Ⓔ desde que haja autorização formal do presidente da República.

Questão 66

Para se apurar a obrigação tributária, é necessário identificar o sujeito ativo, o sujeito passivo, o objeto e a causa. Quanto a esse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ O conselho regional de contabilidade é sujeito ativo direto na apuração da obrigação tributária.
- Ⓑ O proprietário do bem imóvel é o sujeito passivo indireto responsável pelo pagamento do IPTU.
- Ⓒ O não cumprimento de obrigação acessória se torna penalidade pecuniária e, conseqüentemente, transforma-se em obrigação principal.
- Ⓓ A obrigação acessória surge com a previsão da hipótese de incidência e tem por objeto o pagamento de tributo.
- Ⓔ O fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática de ato.

Questão 67

De acordo com a CF, o processo legislativo compreende emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções, além das outras fontes primárias do direito tributário. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Decreto do presidente da República em matéria tributária tem caráter autônomo e independente de lei.
- Ⓑ Lei delegada é um ato normativo elaborado pelo Poder Legislativo, que recebe uma delegação do Poder Executivo para tal.
- Ⓒ No caso de medida provisória não convertida no prazo legal, a Câmara dos Deputados deverá expedir decreto legislativo para convalidar seus efeitos.
- Ⓓ A estipulação das alíquotas mínimas e máximas do ISSQN é feita por resolução do Senado Federal.
- Ⓔ A estipulação das alíquotas mínimas do IPVA é feita por resolução do Congresso Nacional.

Questão 68

O caixa dos estados, do Distrito Federal e dos municípios conta com as repartições orçamentárias previstas na CF, e o atraso no repasse ou a falta deste compromete significativamente a execução de suas políticas públicas. Quanto a esse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os municípios repartem parte da arrecadação do ISSQN com os estados e o Distrito Federal.
- Ⓑ Um dos impostos federais não repartidos pela União com os estados, o Distrito Federal e os municípios é o imposto extraordinário na iminência ou no caso de guerra externa.
- Ⓒ A repartição de receitas afeta diretamente a competência legislativa plena, uma vez que a competência tributária é dividida entre essas pessoas jurídicas de direito público.
- Ⓓ No caso de concessão de isenção fiscal de IPI, a União deverá repassar aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios valor compensatório referente à isenção.
- Ⓔ Cabe a lei ordinária definir o valor adicionado para determinar o repasse do ICMS aos municípios.

Questão 69

Considere que o governo federal tenha instituído por lei complementar, publicada em 4 de agosto de 2021, imposto não previsto na competência tributária da União, que seja não cumulativo e que não tenha fato gerador ou base de cálculo próprio dos discriminados na CF; considere também que o governo federal tenha instituído por lei ordinária, publicada em 4 de setembro de 2021, o imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR). Nessa situação hipotética, os referidos impostos podem ser cobrados

- Ⓐ desde a data de suas respectivas publicações.
- Ⓑ em janeiro de 2022 e janeiro de 2022, respectivamente.
- Ⓒ em novembro de 2021 e fevereiro de 2022, respectivamente.
- Ⓓ em janeiro de 2022 e fevereiro de 2022, respectivamente.
- Ⓔ em novembro de 2021 e janeiro de 2022, respectivamente.

Questão 70

A responsabilidade, na área tributária, determina quem é obrigado a efetuar o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária. No que se refere a esse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Um exemplo de responsabilidade de devedor solidário é a transmissão onerosa de bens imóveis para o comprador desse bem.
- Ⓑ Ocorre um exemplo de responsabilidade por transferência quando dois contribuintes importam conjuntamente um bem e um deles efetua o pagamento do tributo, extinguindo a obrigação tributária com relação ao outro.
- Ⓒ Constitui um exemplo de responsabilidade de terceiro devedor a hipótese de tabelião que, no exercício de seu ofício, tiver deixado, por omissão, de exigir do contribuinte o recolhimento do ITCMD quando finalizado o inventário extrajudicial no cartório.
- Ⓓ Constitui um exemplo de responsabilidade pessoal a hipótese de filhos menores não pagarem os tributos devidos e seus pais se tornarem os responsáveis.
- Ⓔ A falta de pagamento de tributo devido pela pessoa jurídica por ausência de dinheiro é suficiente para configurar responsabilidade por infração, o que permite o redirecionamento da dívida tributária para o sócio-gerente.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**Questão 71**

De acordo com a Lei Complementar n.º 87/1996, incide ICMS sobre

- Ⓐ prestações de comunicação, ainda que gratuitas.
- Ⓑ fornecimento de mercadorias cumulado com prestação de serviços sujeitos ao ISS por lei, em qualquer hipótese.
- Ⓒ serviços de transporte internacional de pessoas.
- Ⓓ operações relativas à circulação de mercadorias, ainda que gratuitas.
- Ⓔ operações de circulação de produtos primários ao exterior.

Questão 72

Conforme a Lei Complementar n.º 87/1996, incide ICMS sobre a entrada de petróleo quando este

- Ⓐ for destinado à comercialização ou à industrialização, cabendo o imposto ao estado do vendedor.
- Ⓑ não for destinado à comercialização ou à industrialização, cabendo o imposto ao estado do vendedor.
- Ⓒ não for destinado à comercialização ou à industrialização, cabendo o imposto ao estado do adquirente.
- Ⓓ for destinado à comercialização ou à industrialização, cabendo o imposto ao estado do adquirente.
- Ⓔ for destinado à comercialização, cabendo o imposto ao estado do adquirente.

▼ Questão 73

De acordo com a Lei Complementar n.º 87/1996, o sujeito passivo poderá se creditar de ICMS, sem estorno, quando a mercadoria

- Ⓐ vier a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior ou de operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.
- Ⓑ for objeto de saída ou prestação de serviço não tributada ou isenta, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço.
- Ⓒ for integrada ou consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto.
- Ⓓ vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento.
- Ⓔ vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.

▼ Questão 74

Um contribuinte adquiriu mercadorias destinadas a seu ativo permanente que totalizam créditos de ICMS de R\$ 96 mil. A proporção das saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das saídas e prestações efetuadas no mesmo período pelo referido contribuinte é de 20%.

Considerando-se as disposições da Lei Complementar n.º 87/1996, é correto afirmar que, nessa situação hipotética, esse contribuinte poderá creditar-se, no máximo, a cada mês, do valor de

- Ⓐ R\$ 400.
- Ⓑ R\$ 800.
- Ⓒ R\$ 1.600.
- Ⓓ R\$ 2.000.
- Ⓔ R\$ 4.000.

▼ Questão 75

De acordo com a Lei Complementar n.º 87/1996, são contribuintes do ICMS

- Ⓐ apenas pessoas jurídicas.
- Ⓑ pessoas físicas que adquiram em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados.
- Ⓒ pessoas físicas que sejam destinatárias de serviços prestados no Brasil por empresa do exterior.
- Ⓓ pessoas físicas que realizem operações de circulação de mercadoria, mesmo sem habitualidade.
- Ⓔ pessoas físicas que importem mercadorias ou bens do exterior, desde que tenham intuito comercial.

▼ Questão 76

Conforme a Lei Estadual n.º 59/1993 (Código Tributário Estadual de Roraima), incide ICMS sobre

- Ⓐ operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia.
- Ⓑ operações de arrendamento mercantil e comodato, não compreendida a venda do bem.
- Ⓒ operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras.
- Ⓓ a saída ou o fornecimento de água natural, potável, proveniente de serviços públicos de captação, tratamento e distribuição para rede centralizada ou descentralizada, inclusive por empresas concessionárias ou permissionárias.
- Ⓔ a ulterior transmissão de propriedade de mercadoria que, tendo transitado pelo estabelecimento transmitente, deste tenha saído sem pagamento do imposto em decorrência de operações não tributadas.

▼ Questão 77

Em um armazém de distribuição localizado no estado de Roraima, foi apurada a entrada de mercadorias trazidas por contribuinte de outra unidade da Federação, sem destinatário certo em Roraima.

Considerando-se as disposições do Código Tributário Estadual de Roraima, é correto afirmar que, nessa situação hipotética, o ICMS

- Ⓐ deverá ser recolhido antecipadamente.
- Ⓑ deverá ser recolhido ao tempo da destinação ou saída, porque não ocorreu o fato gerador.
- Ⓒ deverá ser recolhido ao tempo da destinação ou saída, mesmo tendo ocorrido o fato gerador.
- Ⓓ somente poderá ser recolhido se houver documentação que comprove o seu destino.
- Ⓔ não será recolhido no caso de comerciante ambulante ou não estabelecido.

▼ Questão 78

Abatedouro frigorífico deu entrada de gado destinado ao abate em seu estabelecimento. Não houve o pagamento do imposto devido nessa operação.

Considerando-se as disposições do Código Tributário Estadual de Roraima, é correto afirmar que, nessa situação hipotética, esse estabelecimento

- Ⓐ não é responsável pelo imposto devido na operação de entrada.
- Ⓑ é responsável subsidiariamente pelo imposto devido na operação de entrada, independentemente de documentação fiscal.
- Ⓒ é responsável subsidiariamente pelo imposto devido na operação de entrada, desde que desacompanhada de documentação fiscal apropriada.
- Ⓓ é responsável solidariamente pelo imposto devido na operação de entrada.
- Ⓔ é responsável exclusivo pelo imposto devido na operação de entrada.

▼ Questão 79

À luz das disposições do Código Tributário Estadual de Roraima e do Decreto n.º 4.335-E/2001 (RICMS), entende-se por crédito fiscal acumulado, em relação à manutenção dos créditos remanescentes das exportações para o exterior ocorridas a partir de 16 de setembro de 1996, aquele existente na conta gráfica do

- Ⓐ contribuinte, com previsão legal e com possibilidade de transferência para terceiros.
- Ⓑ estabelecimento, com previsão em decreto e sem possibilidade de transferência para terceiros.
- Ⓒ contribuinte, com previsão em decreto e com possibilidade de transferência para terceiros.
- Ⓓ estabelecimento, com previsão legal e sem possibilidade de transferência para terceiros.
- Ⓔ contribuinte, com previsão em decreto e com possibilidade de transferência para terceiros.

Questão 80

De acordo com o Decreto n.º 4.335-E/2001 (RICMS), é possível conceder parcelamento de débitos fiscais decorrentes de ICMS no caso de

- A imposto retido de terceiros, na condição de substituto tributário.
- B contribuinte com débito registrado em dívida ativa, estando pendente execução fiscal.
- C contribuinte beneficiário de parcelamento anteriormente concedido e ainda não liquidado.
- D desembaraço aduaneiro de mercadoria importada do exterior, quando destinada à comercialização ou industrialização.
- E tributos devidos por pessoa jurídica com falência ou pessoa física com insolvência civil decretada.

Questão 81

Considerando-se as disposições da Lei Estadual n.º 25/1992, é correto afirmar que os benefícios fiscais concedidos às áreas de livre comércio de Bonfim e Boa Vista se aplicam a operações com o produto

- A energia elétrica.
- B perfume.
- C bebida alcoólica.
- D automóveis de passageiros.
- E serviços de telecomunicações.

Questão 82

De acordo com a Lei Estadual n.º 25/1992, a concessão de incentivos fiscais nas operações de internação de mercadorias industrializadas, nas áreas de livre comércio de Bonfim e Boa Vista, abrange

- A hipótese de imunidade tributária.
- B isenção de IPTU.
- C isenção de imposto sobre serviços.
- D concessão de crédito presumido de ICMS.
- E alíquota zero incidente sobre produtos de ICMS.

Questão 83

De acordo com a Lei Estadual n.º 72/1994, é possível reconhecer a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores

- A ao processo especial de consulta que descreva a finalidade e a extensão do fato em relação à espécie consultada.
- B à lavratura de termo de arrecadação de livros e documentos fiscais ou da intimação para sua apresentação.
- C ao processo especial de consulta formulado após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada ao seu objeto.
- D ao começo do desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas.
- E à lavratura do termo de apreensão de mercadorias.

Questão 84

Conforme o Código Tributário Estadual de Roraima, incide imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD), sem isenção legal, sobre

- A a doação a Estado estrangeiro de imóvel exclusivamente destinado a uso de sua missão consular.
- B a doação a funcionário público estadual de imóvel para o seu próprio uso e de sua prole, desde ele que não possua nenhum outro imóvel.
- C os imóveis legados ou doados, quando vinculados a programas habitacionais de promoção social ou desenvolvimento comunitário de âmbito federal, estadual ou municipal, destinados a pessoas de baixa renda que comprovadamente não possuam outro imóvel.
- D qualquer benefício a empregado, em dinheiro ou imóveis, que se destine à residência do empregado e de sua prole, por mera liberalidade do empregador, quando o donatário possui outro imóvel.
- E a doação a Estado estrangeiro de imóvel exclusivamente destinado a uso de sua missão diplomática ou consular.

Questão 85

De acordo com o Código Tributário Estadual de Roraima, incide imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), sem isenção legal, sobre

- A veículos empregados em serviços de agricultura e pecuária que apenas transitem dentro dos limites das propriedades agrícolas a que pertençam.
- B veículos de propriedade do representante legal ou de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, adaptados ou não para possibilitar sua utilização pelo deficiente, com limite de um veículo por proprietário.
- C ambulâncias de hospitais privados.
- D veículos pertencentes ao patrimônio de repartições consulares e dos organismos internacionais com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas ou de que seja membro.
- E motocicletas, motonetas e ciclomotores com potência inferior ao previsto na lei.

Questão 86

Em caso de erro na emissão de nota fiscal relativa a produto sujeito ao pagamento de IPI, é permitida a utilização de carta de correção para

- A mudança do destinatário.
- B alteração da base de cálculo.
- C modificação da data de saída da mercadoria.
- D alteração de parcelas de vendas a prazo.
- E correção de erro ortográfico na descrição do objeto.

Questão 87

Com relação aos documentos fiscais relativos a mercadorias sujeitas ao IPI, assinale a opção correta.

- A** As diversas vias dos documentos fiscais não se substituirão em suas respectivas funções e a sua disposição obedecerá à ordem sequencial que as diferencia, vedada a intercalação de vias adicionais.
- B** As diversas vias dos documentos fiscais podem ser substituídas entre si em suas respectivas funções e sua disposição obedecerá à ordem sequencial que as diferencia, vedada a intercalação de vias adicionais não sequenciais.
- C** As diversas vias dos documentos fiscais não se substituirão em suas respectivas funções, permitida a intercalação de vias adicionais, contudo a sua disposição obedecerá à ordem sequencial que as diferencia.
- D** São permitidas a substituição, entre si, das diversas vias dos documentos fiscais e a sua intercalação com vias adicionais, contudo a sua disposição obedecerá à ordem sequencial que as diferencia.
- E** É permitida a substituição, entre si, das diversas vias dos documentos fiscais, e a sua disposição não precisa obedecer à ordem sequencial, sendo vedada apenas a sua intercalação com vias adicionais não sequenciais.

Questão 88

Caso a operação esteja beneficiada por isenção ou por imunidade referente ao ICMS, o documento fiscal deverá

- A** indicar o dispositivo legal respectivo e apresentar o valor da renúncia fiscal.
- B** mencionar essa circunstância e indicar o dispositivo legal respectivo.
- C** mencionar essa circunstância, não sendo necessário indicar o respectivo dispositivo legal.
- D** apresentar o valor da renúncia fiscal e indicar o número do ato administrativo de reconhecimento da isenção ou da imunidade.
- E** indicar o número do ato administrativo de reconhecimento da isenção ou da imunidade, não sendo necessário indicar o respectivo dispositivo legal.

Questão 89

Quando do trânsito de mercadoria sujeita a ICMS e IPI, a aposição de carimbos nas notas fiscais deve ser feita

- A** na frente da nota, salvo quando esta for carbonada.
- B** no verso da nota, salvo quando esta for carbonada.
- C** na frente da nota, seja ela carbonada ou não.
- D** no verso da nota, seja ela carbonada ou não.
- E** na frente da nota, se ela for carbonada; nos demais casos, é opcional aponer o carimbo na frente ou no verso da nota.

Questão 90

No caso de venda de mercadoria sujeita ao ICMS que não transite pelo estabelecimento do transmitente, a nota fiscal deve ser emitida

- A** no momento da assinatura do contrato.
- B** após a tradição real ou simbólica da mercadoria.
- C** antes da tradição real ou simbólica da mercadoria.
- D** no momento do recebimento do pagamento da operação.
- E** apenas após a compensação do pagamento da operação.

Questão 91

No caso de operações sujeitas ao pagamento de IPI, podem ser aplicadas as regras relativas à emissão de cupom fiscal por equipamento emissor de cupom fiscal (ECF) em substituição à nota fiscal quando

- A** se tratar de venda de veículos sujeitos a licenciamento por órgão oficial.
- B** se referir a fornecimento de gás canalizado por permissionária de serviço público.
- C** se tratar de operações relacionadas ao fornecimento de energia por concessionárias de serviço público.
- D** o adquirente for pessoa jurídica não contribuinte dos tributos devidos na operação e não inscrita no cadastro de contribuintes.
- E** o adquirente for uma microempresa devidamente inscrita no cadastro de contribuintes.

Questão 92

O livro registro de controle da produção e do estoque destina-se à escrituração dos documentos fiscais e dos documentos de uso interno do estabelecimento correspondentes às

- A** quantidades referentes aos estoques de mercadorias e à utilização do selo especial de controle previsto pela legislação do IPI.
- B** quantidades referentes aos estoques de mercadorias, às impressões de documentos fiscais e ao registro de termos de ocorrência pelo fisco.
- C** entradas e saídas, à produção e às quantidades referentes aos estoques de mercadorias.
- D** entradas e saídas de mercadorias, à utilização do selo especial de controle previsto pela legislação do IPI e às impressões de documentos fiscais.
- E** às entradas e saídas, à produção de mercadorias e ao registro de termos de ocorrência pelo fisco.

Questão 93

Em relação a produtos sujeitos ao ICMS, a Nota Fiscal de Produtor é emitida, em regra, por estabelecimentos

- A** comerciais de qualquer natureza.
- B** de produtores agropecuários.
- C** ligados a cooperativas de produção de produtos de qualquer natureza.
- D** não inscritos em cadastro de contribuintes.
- E** de produtores industriais.

Questão 94

O arquivo digital da nota fiscal eletrônica (NFe) de um produto sujeito ao ICMS poderá ser utilizado como documento fiscal depois de

- A** ser transmitido eletronicamente à administração tributária e ter seu uso autorizado por meio de autorização de uso da NFe.
- B** ser transmitido eletronicamente à administração tributária e ela analisar a regularidade fiscal do emitente da NFe.
- C** ser transmitido eletronicamente à administração tributária e ela analisar a autoria da assinatura do arquivo digital da NFe.
- D** ter seu uso autorizado por meio de autorização de uso da NFe, independentemente da efetiva transmissão eletrônica do arquivo digital.
- E** a administração tributária autorizar que o emitente assine o arquivo digital da NFe, independentemente da efetiva transmissão eletrônica do arquivo digital.

Questão 95

A autorização de uso da NFe para produtos sujeitos ao IPI e ao ICMS somente pode ser concedida pela

- A** Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da infraestrutura tecnológica própria ou do SEFAZ Virtual.
- B** administração tributária da unidade federada emitente ou, em caso de contingência, pela administração tributária de outra unidade federada, desde que por meio da infraestrutura tecnológica da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- C** administração tributária da unidade federada emitente, por meio da infraestrutura tecnológica da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou, em caso de contingência, pelo SEFAZ Virtual de Contingência (SVC).
- D** administração tributária da unidade federada emitente, exclusivamente por meio da infraestrutura tecnológica da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- E** Secretaria da Receita Federal do Brasil ou, em caso de contingência, pela administração tributária da unidade federada emitente.

Questão 96

O contribuinte do ICMS terá um prazo para solicitar o cancelamento da NFe que

- A** não seja nem autorizada, nem denegada, por falhas do sistema.
- B** tiver sido transmitida antes de entrada em contingência e tiver ficado pendente de retorno.
- C** tenha sido indevidamente denegada, por falhas do sistema.
- D** tenha recebido a autorização de uso depois de ter havido a circulação da mercadoria ou a prestação de serviço, desde que vinculada à duplicata escritural.
- E** tiver recebido a autorização de uso sem que tenha havido a circulação da mercadoria, a prestação de serviço ou a vinculação à duplicata escritural.

Questão 97

Caso as informações relativas à data e à hora da efetiva saída de produto sujeito ao IPI não constem na NFe transmitida pelo contribuinte, elas deverão ser incluídas

- A** no registro de saída.
- B** na carta de correção eletrônica.
- C** na confirmação da operação.
- D** no evento prévio de emissão em contingência (EPEC).
- E** no manual de orientação do contribuinte (MOC).

Questão 98

O conhecimento de transporte eletrônico (CTe) pode ser utilizado pelos contribuintes do ICMS em substituição ao

- A** conhecimento de transporte rodoviário de cargas, ao conhecimento de transporte aquaviário de cargas e à nota fiscal de serviço de transporte, quando utilizada em transporte de cargas.
- B** conhecimento de transporte rodoviário de cargas, à nota fiscal eletrônica da mercadoria transportada e ao conhecimento de transporte multimodal de cargas.
- C** registro de passagem eletrônico, ao conhecimento de transporte rodoviário de cargas e ao conhecimento de transporte aquaviário de cargas.
- D** conhecimento de transporte rodoviário de cargas, ao conhecimento de transporte multimodal de cargas e ao registro de passagem eletrônico.
- E** conhecimento de transporte aquaviário de cargas, à nota fiscal eletrônica da mercadoria transportada e à nota fiscal de serviço de transporte, quando utilizada em transporte de cargas.

Questão 99

Para a assinatura digital do CTe, deve ser utilizado um certificado digital emitido dentro da cadeia de certificação da

- A** Secretaria da Receita Federal do Brasil, o qual obrigatoriamente contenha o CNPJ do estabelecimento de saída da mercadoria.
- B** Secretaria da Receita Federal do Brasil, o qual contenha o CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte.
- C** Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), o qual contenha o CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte.
- D** Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), o qual obrigatoriamente contenha o CNPJ do estabelecimento de saída da mercadoria.
- E** Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou da Secretaria da Receita Federal do Brasil, desde que ele obrigatoriamente contenha o CNPJ do estabelecimento de saída da mercadoria.

Questão 100

Havendo mais de uma carta de correção eletrônica para um mesmo CTe, o emitente deverá

- A** protocolar o pedido de inutilização do número das cartas de correção anteriores.
- B** solicitar o cancelamento do CTe e emitir um novo conhecimento.
- C** consolidar, na última carta de correção eletrônica, todas as informações anteriormente retificadas.
- D** requerer à administração tributária o cancelamento das cartas de correção anteriores.
- E** requerer a inutilização do CTe e solicitar a emissão de uma nova carta de correção eletrônica consolidadora

Espaço livre